

Satélite é gueto dos pobres

A concentração de renda pode ser dimensionada pelo índice de Gini, medida de igualdade e desigualdade expressa por número entre zero, zero e um. Será zero na hipótese de que todas as famílias recebem rendas idênticas. Chegará a um na hipótese de uma só família apropriar-se de toda a renda, de todo o produto do trabalho da sociedade. O Gini em Brasília era de 0,589 em 1980. No mesmo ano, o do Brasil era de 0,580. Já as cidades-satélites, tomadas uma por uma, apresentam índices de igualdade quase imbatíveis — o que vem a confirmar sua condição de guetos de classes.

Os seis anos transcorridos desde a pesquisa da Codeplan que apontou este fenômeno podem ter alterado ligeiramente, o quadro. Os outros dados disponíveis a respeito são de 1968. Embora não sejam inteiramente apropriados para a comparação com os mais recentes, mostram que houve durante o período de 12 anos uma escalada vertiginosa na concentração. A pesquisa de 1968 apontou um índice de Gini de 0,540. O mais grave é que as diferenças de metodologia indicam alguma subestimação na concentração, nos dados mais recentes. Se as duas pesquisas tivessem empregado o mesmo método, o salto seria ainda maior.

Os professores Joaquim de Andrade e Maria Luiza Silva assinalam que o intervalo entre as duas pesquisas disponíveis inclui o pique de concentração dos anos 70. Eles acreditam que tenha havido uma suavização do ritmo de concentração de renda, mas consideram provável que a concentração continue se agravando. Estranhamente, numa cidade onde 80 por cento de toda a renda provém do trabalho assa-

lariado e apenas 20 por cento do capital — e onde esta proporção se mantém harmonicamente em todas as classes sociais. A verdade é que em 1980 os 10 por cento mais ricos dos moradores do Distrito Federal apropriaram-se de 48,5 por cento de toda a renda, superando São Paulo e ficando aquém só de zonas de contrastes gritantes, como Sergipe e Pernambuco.

DISPARIDADES

Enquanto no Plano Piloto 27 por cento das famílias recebem mais de 25 salários mínimos (Cz\$ 20 mil) por mês e apenas 1 por cento têm renda de até dois salários (Cz\$ 1 mil 600), em Brazlândia quase 26 por cento estão naquele patamar inferior de renda e aí há uma s.o família ganhando Cz\$ 20 mil. A inexistência desta classe mais alta não é exclusividade de Brazlândia. A situação se repete em Planaltina e na Ceilândia.

A tabela (acima) mostra a distribuição das famílias, por nível de renda, no Distrito Federal. Outros dados indicam que a classe mais pobre, composta por aqueles que recebem menos de dois salários mínimos mensais, fica com apenas 1,75 por cento da renda global, embora represente 12 por cento do total de famílias. Já a classe que ganha acima de 25 salários fica com 33,78 por cento do bolo, embora represente apenas 8,65 por cento das famílias. Todas as demais classes, somadas, representam 91,35 por cento da população e ficam com 66,22 por cento da renda. Aqueles que ganham até Cz\$ 8 mil, cabe 31,71 por cento da renda global — eles compõem 70 por cento da população do DF.

Os professores da UnB assinalam que o Distrito

Federal tem uma excelente renda familiar média — superior a nove salários mínimos mensais. O problema está em que este bolo, volumoso, tem uma das divisões mais injustas do Brasil, um País que vem de um período em que a concentração de renda foi política oficial: é preciso deixar o bolo crescer primeiro, para depois dividir, dizia Delfim Netto.

Os dois professores da UnB dão grande importância ao papel do Estado — onde é notável o fosso entre as posições superiores e inferiores — no processo de concentração de rendas em Brasília. Só em dois setores a renda média das famílias dos funcionários públicos é inferior a dos trabalhadores da iniciativa privada. Isto acontece na indústria de transformação e na agricultura, pecuária e indústria extrativista, que juntas são responsáveis por apenas 1,7 por cento das vagas no setor público e que no privado representam 12,1 por cento dos empregos. Na outra ponta, como beneficiários maiores da generosidade estatal, estão os empregados em instituições financeiras.

A renda média das famílias cujos chefes encontravam aí a principal atividade era, em agosto de 1982, de 19,4 salários mínimos (Cz\$ 15 mil 670). Naquelas cujos chefes tinham a mesma atividade, mas no setor privado, a média era 10 salários mínimos (Cz\$ 8 mil). Os economistas, naturalmente, não estão querendo baixar o salário de ninguém. Apontam, entretanto, como uma injustiça brutal a distribuição de renda em Brasília e anotam que o Estado dá uma pesada contribuição à desigualdade. É preciso levantar a base, aproximá-la mais do topo perversamente distante.